

Sarney insiste em desafiar Constituinte

O desafio político que o presidente José Sarney lançou sobre a Assembléia Nacional Constituinte, a 18 de maio, comunicando que seu mandato será de cinco anos, não menos, teve continuidade esta semana com o desafio econômico exposto em sua entrevista à imprensa. Na última quarta-feira ele atropelou outra vez os grupos constituintes que sustentam a estatização da economia, falando em regime de livre empresa, em abertura do País ao capital estrangeiro e dando conta da reação próxima de pólos de exportação. Tratou-se, na visão de observadores situados no governo, do segundo desafio, feito sem características de confronto, mas nem por isso menos contundente.

A expectativa, agora, é de que Sarney siga em frente e encontre, em tempo útil, condições para verberar a possibilidade de adoção do parlamentarismo. Em sua entrevista à imprensa, referiu-se ao tema, mas, ainda, de maneira cautelosa, ao dizer que o assunto não está resolvido.

Sente-se uma nítida estratégia do chefe do governo, que, se não contesta na teoria a soberania da Assembléia Nacional Constituinte, na prática não perde oportunidade para demonstração de que, em paralelo ao Poder Constituinte, existe o poder institucionalizado do Executivo. Seus recados podem não ser para a Assembléia como instituição, mas atingem os grupos que, nela, procuram adotar rumos e teses contrários aos interesses do Palácio do Planalto. Julgam assessores presidenciais que a maioria dos deputados e senadores se acopla à tônica exposta por Sarney, ou seja, defendem os cinco anos de mandato, optam por uma economia aberta, de mercado e desestatizante e, também, são contrários à implantação de um parlamentarismo de ocasião, precipitado e levantado apenas como forma de esvaziar o Executivo. Essa maioria, porém, precisa ser estimulada. Deixou de ser silenciosa, mas ainda pode ser submetida a pressões e intimidações. Por isso, mesmo sem estabelecer choques, o presidente expôs e, mais, exporá pontos de vista e opiniões próprias a respeito do futuro das instituições e da economia.

A reação poderá ser razoável, da parte dos constituintes que ainda pretendem ver estabelecidos os quatro anos de mandato e se obstinam na estatização. O Palácio do Planalto prevê mobilização contra as diretrizes tornadas públicas esta semana, de abertura para o capital estrangeiro e de levantamento de restrições — a desregulamentação; para a atividade da livre empresa e o estabelecimento de pólos de exportação. Essa reação vem sendo até personalizada por auxiliares presidenciais de primeiro nível: Severo Gomes, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Gasparian e Mário Covas; mesmo sem integrarem a equipe "riita", deverão desenvolver intensa campanha contra as mudanças anunciadas. Levantarão questões como a da desnacionalização, da perda de soberania e da invasão do capital estrangeiro.

O importante a notar é que o governo resolveu agir e a sua má-

neira, condicionar linhas e opções constituintes.

Outro setor onde se espera a intervenção do presidente Sarney é o social. Ele não aceita a proposta de redução para 40 horas semanais da jornada de trabalho, julgada uma incongruência para o momento que o País atravessa. Se precisamos de desenvolvimento, de criar riquezas e de combater a miséria e as dificuldades sociais, não será com a diminuição do trabalho em todo o território nacional. Também é contestada a estabilidade no emprego, a partir do momento do ingresso de qualquer empregado numa atividade privada. O resultado será o desestímulo à produtividade e o tiro poderá sair pela culatra. As empresas pensarão muito antes de admitir empregados, sabendo que, mesmo sem corresponder às necessidades para as quais foram contratados, eles só poderão ser demitidos por falta grave, constatada em processo judicial. É possível que Sarney encontre ocasião para manifestar-se a respeito, seja em nova entrevista coletiva, seja em pronunciamento isolado ou em reunião com o Conselho de Desenvolvimento Político ou grupos partidários.

Uma constatação óbvia está em que o presidente, para agir como age, consultou e sondou suas bases políticas. Não correria o risco de pronunciar-se contra a redução de seu mandato, contra a estatização e até o parlamentarismo sem ter sentido a opinião majoritária. O pior que lhe poderia acontecer seria a desautorização, isto é, assistir à Assembléia Nacional Constituinte retirar-lhe o tapete sob os pés e recusar os cinco anos, a economia de mercado e o presidencialismo. Não lhe restaria outra alternativa senão arrumar as gavetas.

A operação em curso demonstra a delicadeza do momento, e, até certo ponto, a dualidade de poderes estabelecida com a instalação da Assembléia Nacional Constituinte. Plenamente soberana ela não é, pois convive com uma força paralela que, depois de alguma hesitação, dá o ar de sua graça. Aliás, em nossa história, tem sido sempre assim; ainda que Sarney não pretenda fazer as vezes de D. Pedro I nem de Deodoro da Fonseca. O imperador acabou dissolvendo a Assembléia Nacional Constituinte, quando sentiu que ela aprovaria um texto contrário aos seus interesses, limitador de seus poderes. O marechal mandou um recado aos constituintes: ou o elegeriam presidente constitucional, indiretamente, ele que já era presidente provisório, ou acabaria com a brincadeira. Guardadas as proporções, essa situação foi repetida por Castello Branco, em 1966/67. Ele era o poder, a Constituinte nada mais significou que um passe de mágica. Se não fosse aprovado o que considerava essencial, acabaria valendo o seu projeto. A exceção dos constituintes de 1823, talvez por falta de tempo, os demais cederam ao império das circunstâncias, conforme a ótica dada pelo mote popular, de que manda quem pode e obedece quem tem juízo. Será que dessa vez as coisas se passarão diferente?